

2017

Boletim Conjuntural

Terceiro Trimestre

ANO II



Economia Cearense em recuperação – Allisson David de Oliveira Martins
Os juros no Brasil: sua lenta queda e incertezas – Ricardo Coimbra
Ausência De Investimentos Limita A Retomada Econômica. – Lauro Chaves Neto



Boletim Conjuntural
Conselho Regional de Economia
CORECON CE
Terceiro Trimestre de 2017
ANO II

Organizadores

Lauro Chaves Neto
Ricardo Eleutério Rocha

Articulistas

Allisson David de Oliveira Martins
Ricardo Aquino Coimbra
Lauro Chaves Neto

SUMÁRIO


Apresentação.....	3
Ausência De Investimentos Limita A Retomada Econômica.....	4
Economia Cearense em recuperação.....	6
Os juros no Brasil: sua lenta queda e incertezas.....	8

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – Corecon-Ce apresenta a terceira edição do Boletim Conjuntural de 2017. De periodicidade trimestral, o Boletim teve início no ano de 2016 e publica artigos que tratam de temas conjunturais e estruturais da economia nacional e internacional, do Nordeste e do Ceará.

Nesta terceira edição do ano de 2017, são apresentados três artigos: *Ausência de Investimentos Limita a Retomada Econômica*, assinado pelo Presidente do Corecon-Ce, economista Lauro Chaves Neto, investiga o comportamento recente da economia brasileira e as condições para a retomada econômica. *Economia Cearense em Recuperação*, de autoria do economista Allisson Martins, analisa a recuperação da economia cearense a partir da análise do Índice de Atividade Econômica Regional – Ceará (IBCR-CE), confeccionado pelo Banco Central. O professor e mestre em economia Ricardo Coimbra assina o artigo *Os Juros no Brasil: sua lenta queda e incertezas*, que trata da Selic e da recém-criada TLP.

Vale salientar que o Boletim Conjuntural é um espaço plural que acolhe artigos de articulistas de diferentes correntes de pensamento econômico. Como de praxe, a posição dos articulistas não se confunde com a posição institucional do Conselho. Boa leitura.



**LAURO CHAVES NETO –
PRESIDENTE DO CONSELHO
REGIONAL DE ECONOMIA,
CONSULTOR, PROFESSOR DA
UECE E DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL.**

Ausência De Investimentos Limita A Retomada Econômica.

Existem vários motivos para se induzir que o Brasil tenha superado uma das mais profundas e longas recessões econômicas da sua história.

Os pilares dessa recuperação, no primeiro semestre de 2017, foram o setor agrícola, que teve um intenso crescimento no início do ano e se manteve firme, e o consumo das famílias que, no segundo trimestre, cresceu 1,4%. As principais razões dessa alta do consumo foram a queda rápida da inflação, dos juros e do endividamento doméstico, além da liberação das contas inativas do FGTS.

O desemprego começou a cair, desde janeiro já foram criadas 415 mil novas vagas no mercado de trabalho, mesmo que a maior parte delas seja informal. Tal qual um paciente que sai de um longo período na UTI, comemora-se a melhora, com uma certa reserva, pois não se tem como avaliar quais serão as sequelas e muito menos o ritmo do processo de recuperação.

As notícias ruins continuaram sendo nos investimentos públicos e privados, com um recuo de 0,7% no trimestre, indicador em queda desde o final de 2013. Como proporção do PIB, o investimento brasileiro chegou a 15,5% no segundo trimestre, taxa insuficiente para garantir um novo ciclo de crescimento sustentável. A incerteza do cenário político e a falta de crédito são dois dos fatores que impedem a retomada dos investimentos.

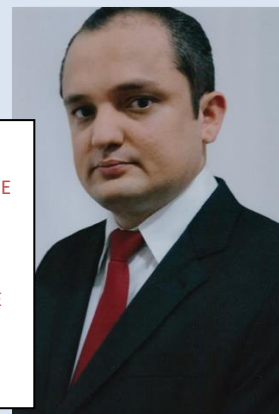
Apenas o crescimento dos investimentos seria capaz de dar sustentação à retomada da economia, já que o Consumo funciona como o esqueleto e o investimento como a musculatura. O que faz o corpo caminhar é a musculatura, do mesmo modo é o investimento que faz a economia se movimentar.

Máquinas e equipamentos ociosos significam que é possível aumentar a oferta sem novos investimentos. Dificilmente, haverá um novo ciclo de investimentos antes da definição do cenário político pós eleições de 2018. A modernização e a inovação na economia estaria limitada, o que seria um fator restritivo para o crescimento da produtividade.

Em resumo, o crescimento esperado de 0,8 a 1% em 2017 e 2 a 2,5% em 2018 será resultado, principalmente, da elevação do consumo que, sem uma retomada sólida

dos investimentos, será incapaz de gerar um crescimento econômico mais expressivo e sustentável.

ALLISSON DAVID DE O. MARTINS
É ECONOMISTA DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE
ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE -
ETENE NO BANCO DO NORDESTE DO
BRASIL, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE
FORTALEZA - UNIFOR E CONSELHEIRO
SUPLENTE DO CORECON-CE.

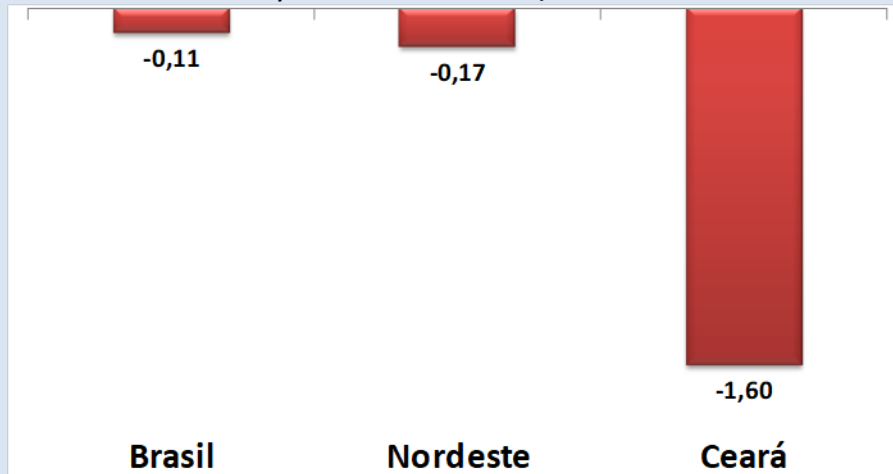


Economia Cearense em recuperação.

A economia cearense iniciou o 2º semestre com resultados positivos, conforme aponta o Banco Central, através do Índice de Atividade Econômica Regional – Ceará (IBCR-CE). No mês de julho, a economia do Ceará avançou 0,45%, em relação ao mês anterior, na série livre dos efeitos sazonais. Este resultado mensal foi o melhor entre os estados nordestinos que são pesquisados pelo Banco Central.

O Brasil e a Região Nordeste também apresentaram crescimento, embora em menor magnitude, 0,41% e 0,15%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Gráfico 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil, Nordeste e Ceará (IBR-BR, IBCR-NE e IBCR-CE) – 1º Semestre de 2017/1º Semestre de 2016

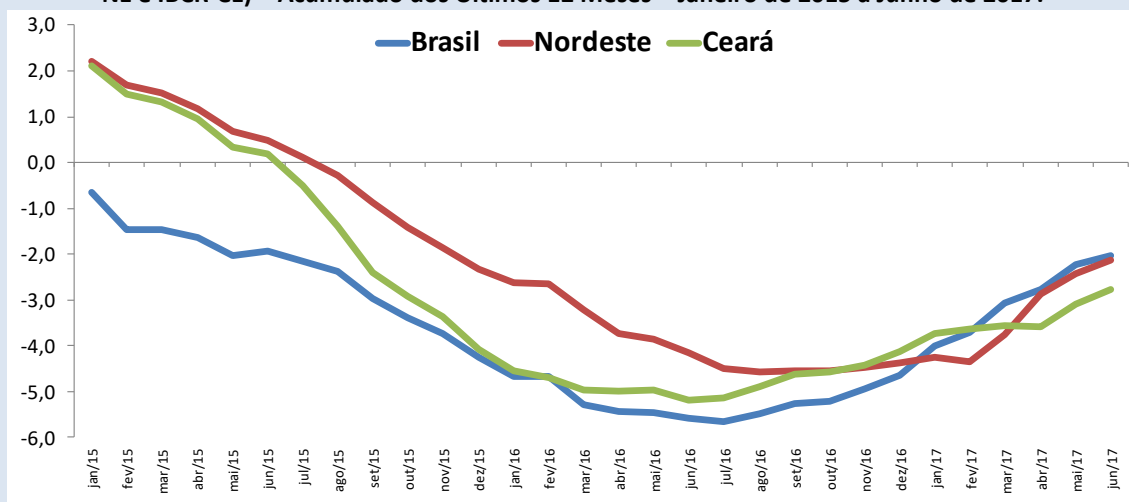


Fonte: Banco Central (2017)

O resultado deste indicador do Bacen, referente a economia cearense, que é uma *proxy* para o Produto Interno Bruto – PIB, a ser divulgado posteriormente pelo IBGE, está relacionado, em grande medida, com os números positivos do comércio varejista, que observou variação mensal positiva (com ajuste sazonal) de 0,23% no volume de vendas, e no mesmo sentido, o setor de serviços, também registrou elevação mensal de 0,46% (com ajuste sazonal), que repercutiram no indicador de atividade econômica do Ceará, em razão do peso relevante destes segmentos na economia do Estado.


Quando se analisa o indicador de atividade da economia cearense, sob a ótica do acumulado nos últimos 12 meses, ainda se observa um cenário econômico negativo, onde a recuperação da economia vem ocorrendo de forma lenta, mas aponta clara trajetória de recuperação, haja vista registrar melhora consecutiva nos últimos 14 meses.

Gráfico 2 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil, Nordeste e Ceará (IBR-BR, IBCR-NE e IBCR-CE) – Acumulado dos Últimos 12 Meses – Janeiro de 2015 a Junho de 2017.



Fonte: Banco Central (2017)

Espera-se que o nível de atividade econômica do Ceará, continue apresentando trajetória ascendente, em razão da melhora de alguns indicadores, como a inflação e os juros que estão em queda, que aumentam o poder de compra dos consumidores, além do 2º semestre que naturalmente apresenta maior dinâmica econômica, de forma que deverão impactar positivamente na economia cearense, especialmente acelerando as vendas no comércio e também “aquecendo” o setor serviços.



RICARDO AQUINO COIMBRA É
MESTRE EM ECONOMIA
UFC/CAEN, PROFESSOR
UNI7/FANOR-DEVRY/UECE
CONSELHEIRO APIMEC/NE

Os juros no Brasil: sua lenta queda e incertezas

Após quase quatro anos a taxa Selic chegou voltou ao patamar abaixo de dos dois dígitos, chegando a 8,25% a.a. E, que, se a equipe econômica fosse mais arrojada já teria provocado quedas mais acentuadas. Em face de forte retração econômica que passa o país, e com uma expectativa de inflação muito abaixo da meta para o ano de 2017. Se junta a isso o fato de taxa de juros real ainda em média de 3,5% a.a não é suficiente para estimular de forma efetiva a recuperação da atividade econômica.

O que se constata é que as demais taxas de juros ainda continuam num patamar bastante elevado. E para se alcançar uma redução mais efetiva dos juros, na visão do mercado e do próprio governo, são necessárias aprovações das reformas. Mais especificamente, as do âmbito fiscal e creditícia, além dos ajustes na economia brasileira que possam garantir o reequilíbrio das contas públicas. Contudo a fragilidade política do governo dá sinais da dificuldade de implantação de tais medidas. Principalmente, no que tange a efetividade de uma reforma previdenciária, qualquer que seja ela, capaz de reduzir a perspectiva de crescimento dos gastos do governo ao longo dos próximos anos.

A aprovação da medida provisória 777, que contemplou a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), usada em contratos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Taxa de Longo Prazo (TLP), fica evidente em face de que o governo terá que implementar mecanismos mais duros contra os gastos públicos. Com a implementação da TLP, na visão da equipe econômica, existe a possibilidade de que, essa, venha ajudar na queda do juro estrutural da economia e melhorar a potência da política monetária. Visto que, gera uma redução dos subsídios, e se atrela o funding do BNDES às taxas de mercado.

O que é difícil de prever é se a adoção da TLP terá o efeito esperado. Essa nova taxa de juros para o longo prazo definida de acordo com a remuneração de título pós-fixado do Tesouro Nacional indexado à inflação, mais próxima das taxas de mercado, será mais ou menos instável? Será mais elevada e não competitiva com o que é cobrado no mercado internacional, e em momento de baixa procura por crédito e liquidez abundante? Ou seja, será capaz de atrair o capital financeiro privado para o financiamento de longo prazo, saindo-o da comodidade da Selic no overnight?